



# SENADO FEDERAL

## PARECERES

### NºS 145 E 146, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2010 (nº 6.751/2006, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

#### **PARECER Nº 145, DE 2011** (Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

RELATOR: Senador **EDUARDO SUPLICY**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, é de autoria do Presidente da República e foi apresentado ao Congresso Nacional em 3 de março de 2006. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, tendo sido aprovada na forma de substitutivo, e, em seguida, remetida à revisão do Senado.

A finalidade do projeto é autorizar o Poder Executivo a contribuir com mecanismos financeiros de diferentes instituições internacionais destinados a apoiar o desenvolvimento de países de menor renda relativa. A colaboração ocorrerá mediante doação dos valores previamente estipulados e busca auxiliar o desenvolvimento no campo da saúde.

Após ser lido nesta Casa em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 31 de agosto de 2010.

#### **II – ANÁLISE**

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 149, de 2010, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRE, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às relações internacionais, a teor do disposto no art. 103, I do Regimento Interno, para, em seguida, ser analisado pela CAE, nos termos do art. 49, I do referido Regimento.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado e ela é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. Trata-se de iniciativas que objetivam proporcionar melhores condições de saúde, mediante compra e distribuição de medicamentos, para países mais carentes da comunidade internacional. Os aportes, tal como aprovado na forma de substitutivo pela Casa de origem, vinculam-se às seguintes iniciativas:

- (i) Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization* - GAVI), no valor de US\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira do Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation* - IFFIm), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda; e
- (ii) Central Internacional para Compra de Medicamentos – UNITAID, na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares dos Estados Unidos da América) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo país.

A Aliança tem como missão o elevado propósito de salvar vidas de crianças, bem como proteger a saúde da população dos países mais pobres mediante o aumento do acesso à imunização. Ela conta com dez anos de relevantes serviços prestados à parcela mais carente da comunidade internacional. O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.

A Central Internacional para Compra de Medicamentos, por sua vez, foi constituída em setembro de 2006 por iniciativa conjunta dos governos do Brasil e da França. Ela foi concebida visando à aquisição de medicamentos contra a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), a malária e a tuberculose. A Central é financiada sobretudo por meio de mecanismo inovador que agrega pequeno valor, aos bilhetes aéreos internacionais, a ser destinado à iniciativa.

Por fim, com o objetivo de aprimorar o texto da proposição, apresento uma emenda de redação que ajusta a ementa do PLC 149 de 2010. No texto proveniente da Câmara dos Deputados, a ementa da proposição dispõe que o PLC “Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar **dotações** a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento” o que não está em harmonia com os dispositivos do projeto. Sendo assim, proponho a correção da ementa nos seguintes termos “Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar **doações** a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento”.

### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela APROVAÇÃO do PLC nº 149, de 2010, com a seguinte emenda de redação:

**EMENDA DE REDAÇÃO Nº        – CRE**  
(ao Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010, a seguinte redação:

“Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento” (NR)

Sala da Comissão,



, Presidente

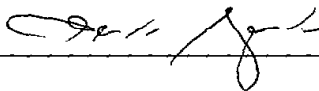
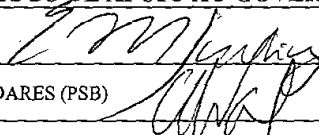

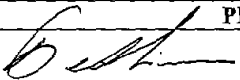
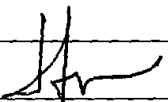


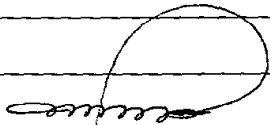
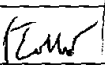


, Relator

# **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 149, DE 2010.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b> 	
<b>RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPPLY</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPPLY (PT) 	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
PAULO PAIM (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO 
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON (PMDB) 	1 - ALMEIDA LIMA (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2 - INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB) 	3 - HÉLIO COSTA (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	4 - VALDIR RAUPP (PMDB)
REGIS FICHTNER (PMDB)	5 - GILVAM BORGES (PMDB)
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) 	3 - VAGO
HERÁCLITO FORTES (DEM) 	4 - ALFREDO COTAÍ (DEM) 
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR 	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

**PARECER Nº 146, DE 2011**  
**(Da Comissão de Assuntos Econômicos)**

RELATOR: Senadora **LÍDICE DA MATA**

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, de ementa em epígrafe, de autoria do Presidente da República. O projeto autoriza o Poder Executivo a efetuar doações a instituições internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento, na área de saúde, de países de menor renda relativa.

O art. 1º autoriza contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization - GAVI*), no valor de US\$ 20 milhões, ao longo de vinte anos, com o objetivo de financiar ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

O art. 2º, por sua vez, autoriza contribuição à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID), na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

O art. 3º atribui ao Ministério da Fazenda a liberação dos recursos destinados à UNITAID e o art. 4º estipula a vigência da lei após sua publicação.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em 6 de julho de 2010.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última proferir decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na primeira Comissão, o projeto foi distribuído ao Senador EDUARDO SUPPLY, que se pronunciou favoravelmente à matéria, com emenda de redação. Reunida a Comissão, em 18 de novembro de 2010, foi aprovado o Relatório.

A proposição foi então encaminhada a esta Comissão, cabendo a mim a honra de relatá-la.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Impende assinalar, preliminarmente, que não há óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição. Ademais, ela atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Cabe lembrar que a Constituição Federal exige a aprovação de lei específica para autorizar o Poder Executivo a efetuar tais doações aos fundos internacionais.

Em relação ao mérito, a matéria já foi devidamente apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Nos termos do Relatório do Senador EDUARDO SUPLICY:

*No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. ... O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.*

Em relação aos aspectos econômico e financeiro, cabe considerar que a iniciativa representa ônus ao Tesouro Nacional.

A doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI), no valor de US\$ 20 milhões, será distribuída em parcelas iguais e sucessivas ao longo de vinte anos. Portanto, significará um aporte anual equivalente a US\$ 1 milhão, atualmente cerca de R\$ 1,7 milhão. Trata-se de aporte financeiro a fundo perdido ao Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*).

Já a doação à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID) seria na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior. O número desses passageiros foi estimado em cerca de 6 milhões, em 2006, conforme a Exposição de Motivos nº 20/2006-MF, que acompanhou o projeto de lei. Portanto, significará um aporte anual de cerca de US\$ 12 milhões, ou cerca de R\$ 20 milhões. Certamente esse número está subestimado, considerando o crescimento das viagens internacionais observado desde então.

Não obstante, tais custos podem ser suportados pelo orçamento geral da União. Ademais, essas doações podem ser consignadas mediante abertura de crédito ao orçamento geral da União para 2011.

Por fim, consideramos adequada a emenda de redação oferecida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), substituindo a palavra “dotações” por “doações” na ementa do projeto de lei. Essa redação corrige a alteração equivocada introduzida pela Câmara dos Deputados, restituindo a ementa original do projeto de lei.

### III – VOTO

Portanto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, com a Emenda de Redação nº 1- CRE.

Sala da Comissão, 19 de abril de 2011.

, Presidente

*Bídice da Mata e Souza*, Relator

## DECISÃO DA COMISSÃO

*REUNIDA A COMISSÃO EM 19/4/11, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O PROJETO COM A EMENDA Nº 01-CRE-CAE, POR 13 (TREZE) VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.*

### **EMENDA Nº 01-CRE-CAE**

(ao Projeto de Lei da Câmara nº 149 de 2010)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara Nº 149, de 2010, a seguinte redação:

“Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento” (NR)

Sala das Comissões, em 19 de abril de 2011.



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

~~Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos~~



**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149 DE 2010**  
**TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/4/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:** Delcídio do Amaral

**RELATOR(A):** Lídice da Mata e Souza

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)**

DELÍDIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
A/ GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

**Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
F/ VICISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)**

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

**PTB**

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

**PSOL**

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLC nº 149 de 2010.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDI, PSB, PC DOB, PRB)				SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDI, PSB, PC DOB, PRB)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIDIO DO AMARAL (PT)				1-JOSÉ PIMENTEL (PT)			
EDUARDO SUPLEY (PT)				2-ANGELA PORTELA (PT)			
GLEISI HOFFMANN (PT)	X			3-MARTA SUPLEY (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)				4-WELLINGTON DIAS (PT)			
LINDBERGH FARIAS (PT)	X			5-JORGE VIANA (PT)			
CLELIO ANDRADE (PR)	X			6-BLAIRO MAGGI (PR)	X		
JOÃO RIBEIRO (PR)				7-VICENTINHO ALVES (PR)			
ACIR GURGACZ (PDT)				8-PEDRO TAQUES (PDT)			
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			9-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X			10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR
CASILDO MALDANER (PMDB)	X			1-VITAL DO RÉGO (PMDB)			
EDUARDO BRAGA (PMDB)				2-WILSON SANTAGO (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)				3-ROMERO TUCÁ (PMDB)	X		
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)				4-ANA AMÉLIA (PP)			
EDNICO OLIVEIRA (PMDB)				5-WALDEMAR MOKA (PMDB)	X		
LUÍZ HENRIQUE (PMDB)				6-GIL VAM BORGES (PMDB)			
LOBAO FILHO (PMDB)				7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X		
FRANCISCO DORNELLES (PP)				8-CIRO NOGUEIRA (PP)			
IVO CASSOL (PP)				9-RICARDO FERRAZ (PMDB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)				1-ALVARO DIAS (PSDB)			
CYRÓ MIRANDA (PSDB)	X			2-ÁECIO NEVES (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3-PAULO HAUER (PSDB)			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)				4-JAYME CAMPOS (DEM)			
DEMÓSTENES TORRES (DEM)				5-MÁRIA DO CARMO ALVES (DEM)			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR
ARMANDO MONTEIRO				1-PERMANO COLLOP			
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			2-GIM ARGELLO			
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR
MARINOR BRITO				1-RANDOLFE RODRIGUES			

TOTAL 14 SIM 13 NÃO - PREJ - AUTOR - ABS - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19/04/11.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

*Delcídio do Amaral*  
Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente

# COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 1-CRE-CAE apresentada ao PLC nº 149 de 2010.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)				SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				1-JOSÉ PINHEIRO (PT)			
EDUARDO SUPLICY (PT)				2-ANGELA PORTELA (PT)			
GLEISI HOFFMANN (PT)	X			3-MARTA SUPLICY (PT)			
HUMBERTO COSTA (PT)				4-WELLINGTON DIAS (PT)			
LINDBERGH FARIAS (PT)	X			5-JORGE VIANA (PT)			
CLÉSIO ANDRADE (PR)	X			6-BLAIRO MAGGI (PR)	X		
JOÃO RIBEIRO (PR)				7-VICENTINHO ALVES (PR)			
ACIR GURGACZ (PDT)				8-PEDRO TAQUES (PDT)			
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			9-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)			
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X			10-INACIO ARRUDA (PC DO B)	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)				SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CASILDO MALDANER (PMDB)	X			1-VITAL DO REGO (PMDB)			
EDUARDO BRAGA (PMDB)				2-WILSON SANT'AGO (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)				3-ROMERO HUCA (PMDB)	X		
ROBERTO REQUILÃO (PMDB)				4-ANA AMÉLIA (PP)			
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				5-WALDEMIR MOKA (PMDB)	X		
LUIZ HENRIQUE (PMDB)				6-GIL VAM BORGES (PMDB)			
LOBAO FILHO (PMDB)				7-BENEDITO DE LIRA (PP)	X		
FRANCISCO DORNELLES (PP)				8-CIRO NOGUEIRA (PP)			
IVO CASSOL (PP)				9-RICARDO FERREIRA (PMDB)			
TITULARES - Bloco Parlamentar Mista (PSDB, DEM)				SUPLENTE - Bloco Parlamentar Mista (PSDB, DEM)			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOTÍSIO NUNES FERREIRA (PSDB)				1-LALVARO DIAS (PSDB)			
CYRÓ MIRANDA (PSDB)	X			2-ACIO NEVES (PSDB)			
TELEXA RIBEIRO (PSDB)				3-PAULO BAUER (PSDB)			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)				4-JAYME CAMPOS (DEM)			
DEMÓSTENES TORRES (DEM)				5-MÁRIA DO CARMO ALVES (DEM)			
TITULARES - PTB				SUPLENTE - PSDB			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO				1-PERNANDO COLLOR			
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X			2-GIM ARGELLO			
TITULAR - PSOL				SUPLENTE-PSOL			
SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO				1-RANDOLFE RODRIGUES			

TOTAL 14 SIM 13 NÃO - PREC - AUTOR - ABS - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14/04/11.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

*Delcídio do Amaral*  
Senador DELCÍDIO DO AMARAL  
Presidente

## TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149 DE 2010

Autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar doações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

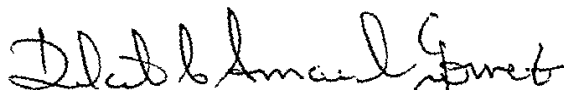
**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization* — GAVI), no valor de US\$ 20 milhões de dólares (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização - IFFIm, a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

**Art. 2º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar doação anual, por tempo indeterminado, à Central Internacional para Compra de Medicamentos - UNITAID, na proporção de US\$ 2,00 (dois dólares dos Estados Unidos da América) por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.


**Art. 3º** Fica a cargo do Ministério da Fazenda a liberação dos recursos consignados no art. 2º.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em



Senador DELCÍDIO DO AMARAL, Presidente



Senador LÍDICE DA MATA, Relatora

## **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º - O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º - Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

.....

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF. 077/2011/CAE

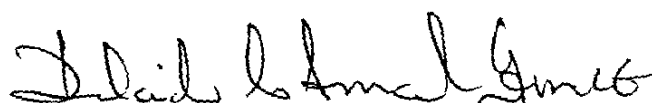
Brasília, 19 de abril de 2011.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei da Câmara nº 149 de 2010, que “autoriza a República Federativa do Brasil a efetuar dotações a iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento”, com a Emenda nº 1-CRE-CAE.

Atenciosamente,



Senador DELCÍDIO DO AMARAL

~~Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos~~

*DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, DO REGIMENTO INTERNO.*

## **RELATÓRIO**

**RELATOR: Senador EDUARDO MATARZZO SUPPLY**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, é de autoria do Presidente da República e foi apresentado ao Congresso Nacional em 3 de março de 2006. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara, tendo sido aprovada na forma de substitutivo, e, em seguida, remetida à revisão do Senado.

A finalidade do projeto é autorizar o Poder Executivo a contribuir com mecanismos financeiros de diferentes instituições internacionais destinados a apoiar o desenvolvimento de países de menor renda relativa. A colaboração ocorrerá mediante doação dos valores previamente estipulados e busca auxiliar o desenvolvimento no campo da saúde.

Após ser lido nesta Casa em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 31 de agosto de 2010.

## II – ANÁLISE

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 149, de 2010, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRE, que tem atribuição para opinar sobre proposições referentes às relações internacionais, a teor do disposto no art. 103, I do Regimento Interno, para, em seguida, ser analisado pela CAE, nos termos do art. 49, I do referido Regimento.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado e ela é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. Trata-se de iniciativas que objetivam proporcionar melhores condições de saúde, mediante compra e distribuição de medicamentos, para países mais carentes da comunidade internacional. Os aportes, tal como aprovado na forma de substitutivo pela Casa de origem, vinculam-se às seguintes iniciativas:

- i) Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization - GAVI*), no valor de US\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), distribuídos em parcelas iguais e subsequentes ao longo de 20 (vinte) anos, com o objetivo de alimentar a plataforma financeira do Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*), a qual financiará ações de vacinação e imunização em países de baixa renda; e





RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

## **I – RELATÓRIO**

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, de ementa em epígrafe, de autoria do Presidente da República. O projeto autoriza o Poder Executivo a efetuar doações a instituições internacionais destinadas a apoiar o desenvolvimento, na área de saúde, de países de menor renda relativa.

O art. 1º autoriza contribuição à Aliança Global para Vacinas e Imunização (*Global Alliance for Vaccines and Immunization* - GAVI), no valor de US\$ 20 milhões, ao longo de vinte anos, com o objetivo de financiar ações de vacinação e imunização em países de baixa renda.

O art. 2º, por sua vez, autoriza contribuição à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID), na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior, à exceção dos passageiros em trânsito pelo País.

O art. 3º atribui ao Ministério da Fazenda a liberação dos recursos destinados à UNITAID e o art. 4º estipula a vigência da lei após sua publicação.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em 6 de julho de 2010.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última proferir decisão terminativa.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Na primeira Comissão, o projeto foi distribuído ao Senador EDUARDO SUPPLY, que se pronunciou favoravelmente à matéria, com emenda de redação. Reunida a Comissão, em 18 de novembro de 2010, foi aprovado o Relatório.

A proposição foi então encaminhada a esta Comissão, cabendo a mim a honra de relatá-la.

## **II – ANÁLISE**

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Impende assinalar, preliminarmente, que não há óbice de ordem constitucional ou jurídica à proposição. Ademais, ela atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Cabe lembrar que a Constituição Federal exige a aprovação de lei específica para autorizar o Poder Executivo a efetuar tais doações aos fundos internacionais.

Em relação ao mérito, a matéria já foi devidamente apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Nos termos do Relatório do Senador EDUARDO SUPPLY:

*No que se refere ao mérito, o projeto é, a vários títulos, digno de aprovação. ... O envolvimento do Brasil, por meio de contribuição financeira, representa importante iniciativa tanto do ponto de vista humanitário, quanto da perspectiva da inserção do nosso país na cena internacional pela via de proposta altamente meritória.*

Em relação aos aspectos econômico e financeiro, cabe considerar que a iniciativa representa ônus ao Tesouro Nacional.

A doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI), no valor de US\$ 20 milhões, será distribuída em parcelas iguais e sucessivas ao longo de vinte anos. Portanto, significará um aporte anual equivalente a US\$ 1 milhão, atualmente cerca de R\$ 1,7 milhão. Trata-se de aporte financeiro a fundo perdido ao Mecanismo de Financiamento Internacional para Imunização (*The International Finance Facility for Immunisation - IFFIm*).

Já a doação à Central Internacional para Compra de Medicamentos (UNITAID) seria na proporção de US\$ 2,00 por passageiro que embarque, em aeronave, no território brasileiro com destino ao exterior. O número desses passageiros foi estimado em cerca de 6 milhões, em 2006, conforme a Exposição de Motivos nº 20/2006-MF, que acompanhou o projeto de lei. Portanto, significará um aporte anual de cerca de US\$ 12 milhões, ou cerca de R\$ 20 milhões. Certamente esse número está subestimado, considerando o crescimento das viagens internacionais observado desde então.

Não obstante, tais custos podem ser suportados pelo orçamento geral da União. Ademais, essas doações podem ser consignadas mediante abertura de crédito ao orçamento geral da União para 2011.

Por fim, consideramos adequada a emenda de redação oferecida na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), substituindo a palavra “dotações” por “doações” na ementa do projeto de lei. Essa redação corrige a alteração introduzida pela Câmara dos Deputados, restituindo a ementa original do projeto de lei.

### III – VOTO

Portanto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 149, de 2010, com a Emenda de Redação nº 1- CRE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Publicado no DSF, de 27/04/2011.